



**EBULIÇÃO E SEDENTARIZAÇÃO LINGUÍSTICA O LUGAR DA
ECONOMIA DE SUBSISTÊNCIA NA FORMAÇÃO DO
PORTUGUÊS BRASILEIRO**

**BOILING AND SEDENTARIZATION – THE PLACE OF SUBSISTENCE
ECONOMY IN THE BRAZILIAN PORTUGUESE ORIGINS**

Emílio Gozze Pagotto¹

Resumo

Neste ensaio apresento a hipótese de que a economia de mercado interno e, em especial, a de subsistência constituem o *locus* no qual se desenvolvem os processos linguageiros primordiais para a formação do português brasileiro. Tal assunção implicaria a adoção de um modelo de interferência pelo contato linguístico de longa duração, ao contrário do que pressupõem os modelos explicativos baseados na ruptura e regeneração, para dar conta do papel que o contato com línguas indígenas e africanas tiveram na formação do português do Brasil.

Palavras-chave: Português brasileiro; Contato linguístico; História econômica.

Abstract

In this essay I present the hypothesis that the internal market economy and, in special, the subsistence economy constitute the locus in which we can find the fundamental historical and linguistic processes that gave rise to Brazilian Portuguese. This assumption implies that we need a long duration model of linguistic contact to better explain the role that indigenous and African languages had in the formation of Brazilian Portuguese, instead the models based on broken and linguistic regeneration.

Keywords: Brazilian Portuguese; Language contact; Economic history.

1 Universidade Estadual de Campinas. E-mail: gozzeem@gmail.com.

Recebido em: 30/10/2018

Aceito em: 07/11/2018



A revista *Diadorim* utiliza uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/) (CC-BY-NC).

1.

O modo como se dá a relação entre economia e funcionamento sociolinguístico não é nem um pouco claro, ainda que por vezes se suponha sê-lo, ou se ignore, como algo não relevante. Uma vez que os processos econômicos são fundamentais para o modo como as sociedades se constituem, podemos dizer que também o são para o modo como se dão os processos sociolinguísticos e os processos de mudança linguística que estão imbricados no funcionamento social.

É possível entender essa relação em dois campos diferentes: um, mais amplo, que chamaríamos, junto com Marx, de infra-estrutural, ou seja: a interrelação entre o modo de produção e a estrutura social; outro, um tanto mais específico e pontual, no qual, no interior de um mesmo modo de produção, cada sociedade (entendida aqui como organizações não necessariamente identificadas com unidades políticas como *países*, mas como estruturas tais como cidades, regiões rurais, etc.) organiza sua vida econômica, sujeita a transformações de toda sorte, oriunda do ir e vir do fluxo de capitais e dos negócios em escala mais ampla (hoje em dia, global).

No primeiro caso, podemos investigar as relações sociais e linguísticas em sociedades mercantilistas, ou capitalistas/industriais, ou comunitárias, etc., procurando detectar, em especial, se às mudanças fundamentais nos modos de produção corresponderiam mudanças no modo como as relações linguísticas se dão. São relações mais amplas. Uma das áreas dos estudos linguísticos que tem se ocupado de investigar essas relações fundantes é aquela conhecida como Análise do Discurso. Penso, porém, que, no que toca àquilo que a sociolinguística costuma tomar como objeto de estudo, há pelo menos um campo – o dos processos de normatização – em que estar atento a tais relações fundantes é importante. Me refiro especificamente à gramatização e à relação com o discurso normativo no âmbito do modo capitalista de produção, que me parecem são profundamente diferentes daquelas no antigo regime. Nesse sentido, tratar a relação do sujeito falante com a língua normatizada como a mesma, em um e outro regime de produção, conduz a um anacronismo político/econômico que enviesa o modo como se compreende a padronização gramatical e suas consequências para o curso da história das línguas.

No segundo caso, os estudos voltados à mudança linguística com motivação ou profunda interrelação social costumam tomar como pano de fundo os quadros e as rupturas econômicas das sociedades que se estudam, buscando investigar nos processos de mudança os ecos das alterações econômicas que afetam determinadas comunidades. O estudo clássico de Labov sobre a ilha de Martha's Vinneyard é um desses casos.

As articulações de segundo tipo é que nos interessarão mais de perto aqui, embora não se desprezem as articulações de primeiro tipo, especialmente considerando que a história do Brasil se faz, no período colonial, sob a égide do que se costuma chamar de sistema mercantilista, e deságua numa longa transição para o modo de produção capitalista, que parece nunca se completar.

2.

Grosso modo, podemos dizer que a articulação entre as formações econômicas e o funcionamento da variação e da mudança linguística se dá na noção de papéis sociais. Ainda que o modo como os papéis sociais operam sobre o funcionamento linguístico não esteja nem um pouco claro nas abordagens sociolinguísticas, que a esse respeito não conseguem avançar para além de uma associação descritiva, é possível estabelecer uma correlação entre esse funcionamento e a dinâmica econômica das comunidades. Entendendo economia como a troca de bens e serviços que cada indivíduo numa dada ordem social é capaz de produzir, quanto maior a especialização na estruturação social, maior dinamicidade terá a economia. No limite extremo de um contínuo, é possível pensar sociedades *sem* economia – os indivíduos não se especializam na produção de bens e não há acumulação individual, o que se poderia chamar de *sociedades comunitárias* – e no extremo oposto, sociedades altamente complexas no que toca à maneira como os indivíduos se especializam na produção de serviços e bens, e estão voltados para a acumulação de riqueza.

Podemos então fazer a previsão de que quanto mais complexa a economia, maior o grau de especialização e, por conseguinte, maior o número de papéis sociais a ser desempenhados. Por hipótese, quanto maior a quantidade de papéis sociais, maior a instabilidade linguística, com maior probabilidade de variação e mudança. É claro que a relação entre especialização econômica e papéis sociais passa por um filtro que é o das forças imaginárias, reguladas, obviamente, pelo que se costuma chamar de ideologia. Isso desautomatiza a relação entre os dois planos e, no limite, podemos ver reduzidos a uma igualdade uma miríade de papéis sociais diferentes, pela atuação da ideologia na conformação de posições sociais antagônicas e reduzidas a umas poucas, que fazem a sociedade girar. É o que se tem quando, de um grande conjunto de especializações de funções econômicas, emergem posições unificadoras como classe operária x classe média x ricos, etc.

O modo como essas relações operam ainda carece, a meu ver, de um tratamento teórico mais detido e apurado, se tomamos funcionamentos sociolinguísticos; ainda que apareçam resvaladas, aventadas, levemente desveladas, em inúmeros trabalhos dedicados a investigar a relação entre o funcionamento social e o funcionamento linguístico, seja em processos de variação estável, seja em processos de mudança linguística. Neste momento, não pretendo avançar minha reflexão nessa direção, por questão de espaço. Mas gostaria que o leitor não perdesse de vista que, quando nas seções seguintes explorarmos a maneira como as relações econômicas atuaram na formação do português do Brasil, estarei sempre levando em consideração a complexidade do jogo envolvida na relação entre formações econômicas, formações sociais e funcionamento linguístico.

3.

Pode-se dizer que a formação da sociedade colonial brasileira, no que está implicada a história econômica, encontra hoje duas direções de interpretação opostas: uma centrada e derivada especialmente de Caio Prado Junior (e em menor grau Gilberto Freyre e, menos ainda, Celso Furtado) e outra derivada de estudos mais recentes, em especial aqueles de Manolo Florentino e João Fragoso. Basicamente, o que opõe as duas interpretações é o papel do mercado interno na história econômica brasileira, mais especificamente, o quanto a economia colonial encontra sua lógica de crescimento apenas voltada para a exportação, com a expropriação dos lucros pela metrópole *versus* o quanto a constituição de um mercado interno propiciou a acumulação de capitais na própria colônia, o que inverteria a lógica do mercantilismo de colonização.

O primeiro modo de interpretação, como se sabe, foi predominante ao longo do séc. XX e leva a ver a história brasileira pós independência como uma consequência direta de uma economia centrada no latifúndio agroexportador. Fora dele haveria uma constelação de indivíduos sem maior relevância para a economia ou a sociedade (que Caio Prado Junior chamou de *desclassificados*):

Abre-se assim um vácuo imenso entre os extremos da escala social: os senhores e os escravos; a pequena minoria dos primeiros e a multidão dos últimos. Aqueles dois grupos são os dos bem classificados da hierarquia e da estrutura social da colônia: os primeiros serão os dirigentes da colonização em seus vários setores; os outros, a massa trabalhadora. Entre estas duas categorias nitidamente definidas e entrosadas na obra da colonização comprime-se o número, que vai avultando com o tempo, dos desclassificados, dos inúteis e inadaptados; indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias, ou sem ocupação alguma. (PRADO JR., 2011, p. 298-299)

Uma vez que se tratava de uma sociedade escravista, a tese redundava numa concepção de estrutura social constituída nos polos senhor x escravo. Como bem assinala Jorge Caldeira, em mais de uma obra, estrutura e funcionamento social são reduzidos a essas duas categorias, identificando-se, por conseguinte, *senhor a homem livre*, como se tal estrutura social não comportasse uma parcela significativa da população que não era nem uma coisa nem outra (daqui a pouco volto a esse ponto). Essa chave de interpretação está, por exemplo, em Gilberto Freyre, está, como dissemos, em Caio Prado Junior (cf. ampla discussão feita por Caldeira, 2009 e Fragoso e Florentino, 2001), está também em Fernando Novais, segundo Fragoso e Florentino, 2001 (p. 31-33). Do ponto de vista econômico, essas interpretações levam a pensar que o mercado interno teria tido uma participação muito reduzida tanto no todo da atividade econômica, como no processo de enriquecimento e acumulação de capitais. O mercado interno, quando abordado, é tomado como apenas subsidiário da grande empresa agroexportadora (ou, no caso do ouro, minério-exportadora). A atividade de criação de gado de corte é um desses casos.

O segundo modo de interpretação tenta colocar na pauta dos estudos a robustez da econo-

mia colonial e a consequente matização da estrutura social, para além da polarização senhor x escravo. A robustez da economia colonial deve ser tomada aqui não apenas como a perenidade e solidez de um mercado interno de trocas comerciais, mas também como a possibilidade, como dissemos, de acumulação de capital suficiente para financiar o próprio negócio agroexportador, especialmente no que toca ao negócio escravista. É no âmbito das atividades deste mercado interno que a Colônia vai pulsar como sociedade em formação; é sobre ele que vai existir culturalmente no hibridismo que nos constitui, num espectro de atividades que vão da mera subsistência em sítios isolados a propriedades com tamanho e mão-de-obra escrava consideráveis; que vão enriquecer os ricos, recompensar os aventureiros e trazer progresso modesto às famílias pobres e mestiças. Nesse sentido, a colônia do Brasil, desde o século XVII vai constituir, junto da África, especialmente Angola, uma unidade de trocas comerciais quase independente de Portugal (cf. ALENCASTRO, 2000).

4.

São bem diferentes as consequências desses modos de interpretação da história econômica para o modo como pensamos as questões linguísticas no Brasil colônia e império – e a formação do que chamamos hoje português brasileiro. Correndo o risco de soar, nesse momento, superficial, arriscaria a dizer que o primeiro modo de interpretação favorece a hipótese de que teria havido uma extrema polarização (senhor x escravo) linguística, decorrente dos papéis sociais envolvidos, com consequências drásticas para o curso dos processos de mudança decorrentes: no limite, a constituição de falares com características próximas ao que definimos como línguas crioulas. Tais interpretações são normalmente embasadas em dados demográficos que apontam uma grande presença de mestiços ou negros na população (a etnia branca perfazendo, ao longo de todo o período colonial, por volta de 30%).

O segundo viés de interpretação não tem sido muito explorado, e é sobre ele que quero me debruçar. Nele sobressaem dois aspectos fundamentais: o papel da família como unidade econômica e a possibilidade de subsistência e geração de descendentes, que acarretam crescimento vegetativo da população.

Já Celso Furtado chama a atenção em *Formação Econômica do Brasil* para o que ele rotula como economia de subsistência, especialmente (mas não só) a criação de gado. Apontada por ele como na sua maioria subsidiárias da grande economia exportadora, as atividades de subsistência se desenvolveriam para atender basicamente ao mercado interno. Especificamente no caso da criação de gado, Furtado destaca seu crescimento paulatino ditado pela possibilidade de incorporar novas terras. Quando a demanda diminui, em função de crises na atividade açucareira, por exemplo, os indivíduos que vivem no interior da atividade econômica se voltam para a própria subsistência. Na prática, podem se alimentar do que produzem:

Numa região pecuária – porquanto a população se alimenta do mesmo produto

que exporta – a redução das exportações em nada afeta a oferta interna de alimentos e, assim, a população pode continuar crescendo normalmente durante um longo período de decadência das exportações. No Nordeste brasileiro, como as condições de alimentação eram melhores na economia de mais baixa produtividade, isto é, na região pecuária, as etapas de prolongada depressão em que se intensificava a migração do litoral para o interior teriam de caracterizar-se por uma intensificação no crescimento demográfico. Explica-se assim que a população do Nordeste haja continuado a crescer – e possivelmente haja intensificado o seu crescimento – em todo o século e meio de estagnação da produção açucareira a que fizemos referência. (FURTADO, 2003, p. 70)

É Celso Furtado que chama a atenção para o fato de que o crescimento populacional daqueles dedicados a essa atividade não cessa, mesmo nos períodos de retração econômica (dando origem, a propósito, ao que Darcy Ribeiro, em *O povo brasileiro*, chamou de *criatórios de gente*, cf. RIBEIRO, 1995, p. 313). Esse é o aspecto mais interessante desses grupos que não se dedicam diretamente à atividade agroexportadora: o incremento populacional mesmo em períodos de grande retração econômica, pela simples razão de que encontram condições de sobrevivência na própria atividade que desempenham. Crescimento populacional vegetativo é sinal de perpetuação da língua por meio da aquisição.

Jorge Caldeira, incomodado com a redução dos agentes econômicos do Brasil colônia à elite proprietária de escravos (CALDEIRA, 2009), destaca um dado demográfico singelo e instigante, mas pouco enfatizado nas abordagens que desenham o Brasil colônia (ou mesmo independente) a partir do modelo do grande latifúndio exportador: a proporção de pessoas livres. No censo de 1819, temos: uma população estimada de 4,39 milhões de pessoas (incluindo os índios livres registrados por estimativa). Se retirarmos desta conta os índios livres, teríamos 3,59 milhões. Dessa população, 69,1% são livres e 31,1% de escravos (cf. CALDEIRA, 2009, p. 230).

O mesmo autor faz outras contas interessantes (cf. CALDEIRA, 2009, p. 233-234):

- Na virada do século XIX, a média de escravos por proprietários no Brasil é de 5 escravos. O número aproximado de proprietários: 220 mil (9% do total de livres).
- 2,62 milhões de livres não possuiriam escravos. Ou seja: 68% da população livre não é senhor de escravos.

Quem eram eles? O que faziam? Como ganhavam a vida? Que função desempenhavam no sistema de trocas econômicas mercantil? Que papéis tinham na sociedade?

Os estudos mais recentes têm mostrado que o mercado interno brasileiro não era apenas um satélite gravitando em torno da empresa exportadora, mas, ao contrário, desenvolveu uma tal vitalidade que foi capaz, inclusive, de sustentar a demanda por escravos africanos, após o grande *boom* econômico e, por tabela, escravocrata decorrente da exploração do ouro. O caso

de Minas Gerais é exemplar, no período que Fragoso e Florentino (2001) tomam como o de uma economia colonial tardia (cf. FRAGOSO e FLORENTINO, 2001, p.151-152):

Minas Gerais

- Em 1819: 632.000 habitantes. Desses, 168.500 escravos (27%). A maior concentração de cativos da colônia, ou seja, 15% do total de cativos do Brasil.
- Entre 1831 e 1840: 2/3 dos proprietários possuíam menos de 5 escravos (o trabalho escravo coexistia com o trabalho familiar).
- Desde a década de 1820: 20% dos escravos desembarcados no Rio de Janeiro iam para Minas Gerais.

A questão é que Minas Gerais se torna grande importadora de escravos justamente após o declínio na produção de ouro. Hoje se sabe que se desenvolveu lá uma grande rede de pequenos produtores rurais totalmente voltados para o mercado interno, especialmente para o abastecimento da corte. Esse sistema de produção se apoia no trabalho escravo, mas tem na unidade familiar a grande força de trabalho e núcleo de estruturação da produção.

No Brasil, essas atividades produtoras podiam gravitar em torno da grande empresa exportadora, mas também formavam uma rede interna ampla, com capacidade de auto-reprodução e, mais que isso, em períodos de baixas econômicas, era capaz de se sustentar, dada a própria natureza da atividade. Ou seja, a subsistência dependia, quase exclusivamente, do que se produzia. Temos assim, um funcionamento que propicia a sobrevivência, a formação de núcleos familiares, o crescimento populacional vegetativo.

Em que esse quadro altera o modo como se pode conceber a constituição da língua? Que consequências podemos tirar dele?

Para lidar com a situação de línguas transplantadas, como é o caso das línguas que deram origem ao português brasileiro, em contato ao longo de quatro séculos, é preciso distinguir o que acredito serem dois estados languageiros diferentes, mas correlacionados entre si: a efervescência e a sedentarização linguística. Acredito que, se estamos interessados em investigar os processos históricos que deram origem ao português do Brasil, na conformação que tem hoje em dia nos seus vários dialetos, temos que nos debruçar nos processos linguísticos que produziram o que estou chamando de *sedentarização linguística*. Por *sedentarização linguística*, entendo o fato de a língua se fixar em um dado território, perenizando-se por meio do processo de aquisição da língua. Esse processo se opõe a outro, que podemos chamar de *ebulição* ou *efervescência linguística*. Por *ebulição* ou *efervescência linguística* compreendo aquelas situações languageiras em que processos econômicos muito específicos constituem sociedades transitórias, em geral produto de migração de falantes de diferentes línguas ou dialetos. Tais situações podem dar origem a dinâmicas linguísticas muito aceleradas, mas também voláteis.

E toda essa ebulição pode cessar quando cessa o que motivou o ajuntamento humano. Em períodos mais recentes, seria o caso do garimpo de Serra Pelada no seu auge; ou a ida sazonal de trabalhadores rurais para o estado de São Paulo no período de corte da cana (atividade que está se extinguindo por força de lei determinando a adoção do corte mecanizado).

Para a história da língua, entendida como as formações resultantes de processos históricos, as situações de efervescência só são relevantes pelo que são capazes de produzir em termos de *sedentarização linguística*. Um exemplo clássico é o de comunidades remanescentes quilombolas que apresentam traços linguísticos dialetais diferentes do entorno geográfico em que estão inseridas. Numa situação dessas, é possível dizer que a efervescência original se sedentarizou, ao menos parcialmente. Mas é muito comum que situações de extrema efervescência se desvançam e, em relativamente pouco tempo, não deixem rastros da riqueza que foram quando ebuliam. Quantas e quantas cidades quase fantasmas temos no Centro-Oeste brasileiro, nas quais quase podemos ouvir a multidão de lavradores ou faiscadores entre construções outrora imponentes, silenciadas de seu burburinho, na poeira seca e desolada que restou?

Pode parecer que esteja aqui opondo **variação** (ebulição) a **homogeneidade** (sedentarização). Não é o caso. Quando a língua se sedentariza, entra em cena um processo que podemos chamar *estabilização variacional sociolinguística*, que nada mais é do que a constituição de uma comunidade linguística em que a língua é reconhecida como índice identitário, passando a variar e a sofrer processos de mudança na dinâmica decorrente das relações sociais que se formam, dos papéis sociais constituídos em função de sua dinâmica econômica. O conceito de estabilização sociolinguística é importante para pensar, especialmente, a situação das cidades novas que se fundam. A partir de um determinado momento, é possível dizer que passam a existir sociolinguisticamente sustentadas por relações sociais relativamente estáveis, superado o momento inicial de ebulição.

Esses conceitos nos permitem pensar os diferentes cenários languageiros ao longo da história. No caso do Brasil, a estabilização sociolinguística nas cidades vai corresponder a uma dinâmica variacional mais intensa, se comparada às regiões rurais, em que os papéis sociais tendem a ser em número menor e as interações sujeitas e regras de comportamento mais perenes. Do mesmo modo, a vida nas grandes propriedades produtoras tenderá à ebulição intensa e perene, sem necessariamente redundar em sedentarização, no sentido que estamos entendendo aqui.

A formação do português do Brasil, como fruto de grande contato entre línguas, é uma consequência dos processos de sedentarização linguística (responsáveis também pela dialetação regional posterior resultante). A hipótese que trago é a seguinte: é nos contextos de *subsistência econômica* que vamos encontrar as condições fundamentais de sedentarização linguística que determinarão as feições do português brasileiro. Assim, não basta tomar o argumento demográfico cru, em si mesmo. É claro que a entrada de quatro milhões de africanos ao longo do período escravagista produziu infindáveis situações de efervescência linguística, com falares

muito distantes do português e situações de multilinguismo incontáveis. O que, e de que maneira se sedentarizou nas diversas regiões é que é meu foco, porque das efervescências não há quase nenhuma memória registrada. Como trazer de volta a balbúrdia do mercado de escravos no Valongo? Como recriar a profusão de falas nas senzalas ao fim do dia de trabalho, que línguas, que português, por quem? A tristeza pela sordidez trágica que fez emergir tais situações languageiras se soma à tristeza de ver escapar de nós esse mundo de mundos diversos e interpenetrados, muito mais denso, espesso e intrincado para um linguista do que o compassar dos processos apreensíveis em categorias e métodos espaçantes.

Assim, é na multidão de homens e mulheres livres ou escravos dedicados às atividades econômicas do mercado interno que encontraremos as raízes do português do Brasil. Nas cidades ou no campo. É também a partir dessa visão que será possível equalizar com mais precisão o papel que teve o contato do português com línguas e culturas indígenas. Além disso, é por meio dessa perspectiva que será possível investigar as sociedades que se formam ao longo do tempo, em momentos históricos diferentes, e condições de efervescência e sedentarização também diferentes. Noutras palavras, é possível reavaliar o papel que os contatos linguísticos possam ter tido na conformação do português do Brasil.

5.

Se é no conjunto de atividades de subsistência que encontramos o *locus* do processo de fixação da língua que muda, o papel do contato na formação do português do Brasil só será mais bem equacionado se o tomamos como de longa duração. Isso traz sérias dificuldades para abordagens que pressupõem uma ruptura inicial que é atenuada em períodos posteriores. Deste modo, hipóteses como a da assim chamada Transmissão Linguística Irregular não seriam adequadas para dar conta da complexidade que os diversos quadros de contato linguístico trazem para a história do português brasileiro, porque tentam englobar, no seu interior, situações de emergência (decorrentes do que chamei de ebulição/efervescência) e situações de longa duração (como é o nosso caso, em que a sedentarização linguística acompanha o processo de ocupação da terra por pequenas propriedades e a formação de pequenos núcleos populacionais). O contato de longa duração pressupõe um ir e vir do indivíduo à sociedade, e a assimilação de traços de línguas exóticas é menos dependente dos processos de aquisição e mais dependente da circulação sociolinguística de traços no interior das comunidades linguísticas. Os modelos baseados na Transmissão Linguística Irregular pressupõem uma ruptura inicial que é atenuada no correr do tempo e das gerações pelo contato subsequente com a língua alvo dominadora (por isso usa como argumento corroborador casos de possíveis remanescentes crioulos em comunidades isoladas). É preciso tomar cuidado com esse argumento de natureza teleológica, por mais sedutor que pareça: o fato de encontrarmos comunidades isoladas com traços linguísticos indicadores de uma ruptura maior não significa que temos aí preservado o que teria sido geral no restante do território. Pode ser justamente o oposto: o fato de estar em comunidades isoladas

demonstraria apenas que houve condições específicas de sedentarização que permitiram a perenização de traços originários de uma situação específica de contato linguístico que, de resto, não teriam se repetido com tanta frequência como se acreditava no restante do território.

Tais modelos não seriam aplicáveis a processos de longa duração, que pressupõem a formação de comunidades linguísticas perenes, em que os eventuais traços oriundos do contato circulam, têm valores sociais e vão se sedentarizando ao longo do tempo. Em suma, não seriam adequados para dar conta de comunidades que emergem no âmbito de atividades econômicas de trocas comerciais de excedentes, com tendências à simples subsistência nos períodos de retração e grande capacidade de reprodução de crescimento populacional vegetativo, como parece ter sido o caso da maioria da sociedade brasileira. Esse foi o caso da grande região do sertão do Nordeste; foi o caso dos interiores paulistas, desde as primeiras incursões até o começo do século XIX; também foi o caso das Minas Gerais, quando do declínio da produção do ouro. É o caso do litoral do sul da Bahia ao sul do Espírito Santo; da região de Mato Grosso e Goiás, também após o declínio da produção de ouro. Também o caso do litoral catarinense, mesmo após o grande incremento de população pela grande migração açoriana e madeirense.

É nas relações do mercado interno e na sua capacidade de auto-reprodução que encontraremos o principal vetor econômico da constituição do português brasileiro. É no interior das casas pobres de pau a pique e sem mobília, nos pequenos sítios, na multidão de carpinteiros, pedreiros, coureiros, vaqueiros, nas cidades dignas do nome, ou nas vilas pobremente envivecidas de gente em tempo de colheita, entre aqueles que podem criar e procriar, buscando na terra devoluta o fator primário de produção (para depois dela ser expulso, quando a expropriação pelo latifúndio a ela chega); é no seio das mães que aram ou que cuidam das pequenas vendas, das galinhas soltas em terreiros sem cerca, que vamos encontrar o lugar onde a língua deita seu corpo sobre a terra e se faz brasileira.

Referências

ALENCASTRO, L. F. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CALDEIRA, J. *História do Brasil com empreendedores*. Juazeiro do Norte, CE: Mameluco, 2009.

FRAGOSO, J. L. R. e FLORENTINO, M. G. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. 32^a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

PRADO, Jr. C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Sobre Dinah Callou — *Emílio Gozze Pagotto*²

2 Conheci Dinah em circunstâncias muito caras para mim, numa reunião do grupo de Sintaxe do projeto de Gramática do Português Falado. Eu era recém ingressante no mestrado, participava da codificação de dados no grupo coordenado por Mary Kato e Fernando Tarallo. Estávamos numa reunião no sítio da Mary e me lembro claramente da ousadia que tive – garoto – de palpitar sobre dados de prosódia com a Dinah. Ela, muito compreensiva comigo, que não tinha ideia de com quem falava. Santa ignorância minha de que o Tarallo caçoou, rindo depois da coisa toda. Desde esse encontro, sempre teve ela um carinho grande por mim, e lhe sou muito grato, pelo que aprendi e por me fazer sentir parte de parte do seu mundo acadêmico, podendo usufruir da generosidade do seu sorriso amplo.